Brasil vai se impor a bancos

É o que garante o ministro Funaro, se não houver mudanças

ARNOLFO CARVALHO
Enviado Especial

Washington — O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, confirmou ontem à noite, após novos encontros com autoridades e banqueiros, que o Brasil vai impor sua própria solução para reduzir os pagamentos líquidos ao exterior “se até o início da renegociação com os bancos privados, ainda este ano, não houver uma melhoria no quadro externo” que permita menores taxas de juros, mais acesso a recursos oficiais, volta a créditos voluntários privados e aumento do comércio para nossas exportações.

Sua viagem de volta ao Brasil foi antecipada para a próxima quarta-feira à noite, embora isto não signifique que tenha havido qualquer problema. Negou que estivesse em seus planos encontrar-se no final de semana com o comitê de assessoramento dos bancos credores em Nova Iorque, lembrando que já se encontrou em Washington com diversos presidentes de bancos para expor a intenção brasileira de chegar à renegociação com a meta de reduzir as transferências líquidas de recursos ao exterior em troca de mais importações.

“É importante existir estas mudanças agora para

que o País possa renegociar a dívida num momento de tranquilidade em sua economia, de forma a não ser obrigado amanhã a negociar dentro de uma crise” — explicou, ao sair de mais um rápido encontro com o diretor-gerente do Fundo Monetário, Jacques de Larosiere, na presença também de Fernão Bracher, presidente do Banco Central. A delegação brasileira vem recebendo os banqueiros numa suíte do hotel Sheraton, onde hoje terão início os discursos da parte final da assembléia conjunta do FMI/Banco Mundial.

Comentando a interpretação dada ao seu pronunciamento no comitê interno do FMI, no dia anterior, de que o Brasil está anunciando a intenção de impor sua própria solução à dívida externa, Funaro foi bastante claro. “Vamos realmente fazer isso se não forem atendidos todos os pontos que mencionamos em nosso discurso” — disse, acrescentando que tem esperança de ver estas condições atendidas, apesar do pouco prazo daqui até o início formal das discussões com o comitê de assessoramento, após as negociações do México e provavelmente da Argentina.

Sem mencionar a expectativa de redução nas taxas reais de juros, que é uma das condições, o ministro demonstrou otimismo com

a possibilidade de o País vir a contar com maior volume de crédito das agências oficiais (como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento) e também com mais mercado para suas exportações. Acha também que é indispensável para o País ter seu desempenho econômico favorável reconhecido pelos bancos privados, através do retorno dos empréstimos normais em condições de mercado. “Existe muita chance de melhoria” — disse o ministro.

Fez questão de ressaltar o novo papel que o executivo americano vem desempenhando na tentativa de não permitir que o Congresso aumente as barreiras protecionistas contra a entrada de produtos em seu mercado. “O secretário do Tesouro, James Baker, tem — se desdobrado para realmente breçar o protecionismo do Congresso” — afirmou. Em sua opinião os contatos feitos durante estes dias nos Estados Unidos demonstram que as partes envolvidas na questão do endividamento externo estão bastante conscientes dos problemas enfrentados pelos esportadores de renda líquida como o Brasil. Quanto à reunião do FMI/Banco Mundial, Funaro acha que “houve mudanças significativas nos discursos dos ministros”, embora os comunicados finais não demonstrem isso.